



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### ACTA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DE 2016 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA A DEZASSEIS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS

Acta nº 5/2016

Aprovada em 28/04/2017

No dia dezasseis de Novembro de dois mil e dezasseis teve lugar no salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a quinta sessão ordinária de 2016 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

#### **I – ABERTURA DOS TRABALHOS**

##### **Informações do Presidente**

#### **II - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

##### **Intervenções dos Deputados Municipais**

#### **III - PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- 1. Intervenção do Presidente da Câmara;**
- 2. Imposto Municipal sobre Imóveis relativo ao ano de 2016, a liquidar e cobrar em 2017;**
- 3. Derrama do ano de 2016 a liquidar e cobrar em 2017;**
- 4. Participação Variável no IRS para 2017;**
- 5. Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2017;**
- 6. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017 da Câmara Municipal de Coimbra:**
  - Delegação de Competências Municipais nas Uniões e Juntas de Freguesia**
  - Norma de Controlo Interno**
  - Regulamento Interno de Fundos de Maneio**
  - Mapa de Pessoal**
  - Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;**
- 7. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra e Mapa de Pessoal;**
- 8. Plano de Actividades e Instrumentos de Gestão Previsional de 2017 e tarifário para 2017 da “AC, Águas de Coimbra, EM” (conhecimento);**
- 9. Autorização prévia de despesas plurianuais para aquisição e instalação de equipamentos e desenvolvimentos de software para o Sistema de apoio à exploração e informação ao público, dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra - SAEIP;**
- 10. Projecto de Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios na Área Social;**
- 11. Projecto da acta nº 1/2016 de 1/03/2016.**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

**Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:**

### **Grupo Municipal Partido Socialista (PS):**

#### *Eleitos directos*

Luís Marinho, Ferreira da Silva, Isabel Vargues, Maria do Céu Fialho, Mário Carvalho, Rosa Isabel, António Sequeira, Ângela Pinto Correia, Nuno Silva, André Pereira, Isabel Garcia, Horácio Santiago e José Cortesão.

*Presidentes de Junta de Freguesia* João Marques, José Santos, José Salgado, Paulo Cardoso, Diamantino Jorge, Fernando Abel, Manuel Veloso, Jorge Veloso e António Coelho.

### **Grupo Municipal “Por Coimbra” (PPD/PSD/PPM/MPT):**

#### *Eleitos directos*

Manuel Rebanda, Helena Moura Ramos, Cabral de Oliveira, Ana Janine, Alexandre Barros, Dino Alves, Cristina Agreira, Tiago Fidalgo e Verónica Mendes, (*não tenho comparecido*).

*Presidentes de Junta de Freguesia:* Hélder Abreu, José Simão, Ricardo Rodrigues, Manuel de Oliveira e António Teodoro.

### **Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):**

#### *Eleitos directos*

Manuel Rocha, Pinto Ângelo, Jorge Seabra, Paulo Coelho e Isabel Fonseca.

#### *Presidentes de Juntas de Freguesia:*

Victor Carvalho, José Pimenta e Jorge Mendes (*não tendo comparecido*).

### **Grupo Municipal Cidadãos Por Coimbra (CpC):**

#### *Eleitos directos*

José Reis, Catarina Martins, Rui Pato e Clara Lourenço.

### **Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):**

#### *Eleitos directos*

Sampaio e Nora

#### **USB**

#### *Presidente de Junta de Freguesia:*

Rui Soares



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara, Manuel Machado, estiveram presentes a Vice-Presidente Rosa Reis Marques os Vereadores Carlos Cidade, Jorge Alves, João Barbosa de Melo, Francisco Andrade, José Belo e José Ferreira da Silva.

### Mesa:

Presidiu a sessão o Presidente da Assembleia Municipal Luís Marinho que foi secretariado por Helena Moura Ramos, como Primeira Secretária e Victor Carvalho, como Segundo Secretário.

**O Presidente da Assembleia** iniciou a sessão quando eram catorze horas e trinta minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de renúncia de mandato, nos termos do artigo 13º e do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal – mandato 2013-2017, revisto e aprovado em Sessão Ordinária de 29 de Abril de 2015 e, nos termos da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, bem com os pedidos de suspensão de mandatos nos termos do artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

### Grupo Municipal “Por Coimbra” (PPD/PSD/PPM/MPT):

Deputado municipal **António Maló**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Verónica Mendes**, que não compareceu;

Deputado municipal **Nuno Freitas** pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Tiago Fidalgo**;

Deputado municipal **Rui Campos** pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Cristina Agreira**;

Deputado municipal **Rui Marques** pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Júlio Gaudêncio**;

Deputado municipal **José Filipe**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **António Teodoro**.

### Grupo Municipal Cidadãos Por Coimbra (CpC):

Deputado municipal **José Bandeirinha** pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Clara Lourenço**;

Deputada municipal **Leonor Barata**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Rui Pato**.

Todas as substituições foram efectuadas nos termos do nº 1 artigo 79º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, bem como nos termos do artigo 13º e, do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

**O Presidente da Assembleia Municipal** abriu a sessão informando estarem abertas as inscrições para o “*Período de Antes da Ordem do Dia*”.

### I – ABERTURA DOS TRABALHOS - INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE

**Intervenções do Presidente da Assembleia Municipal:** (áudio 05:07 a 12:27 minutos – 1ª gravação)

- Informou que sessão ordinária da Assembleia Municipal se encontrava aberta uma vez que estava reunido “quórum”;
- Informou que os documentos referentes a esta sessão, foram todos distribuídos em tempo e, alguns deles, mesmos os relativos das Grandes Opções do Plano, foram distribuídos com um prazo de análise que ultrapassou quase os 12 dias. Realçou apenas as dificuldades dos deputados municipais que vêm substituir outros, porque estes, não sendo deputados de segunda categoria também têm direito aos documentos. Estas situações são motivadas pelo facto das substituições, serem feitas em cima da hora e, nessas circunstâncias o deputado substituto, não tem hipótese alguma de ter os documentos. Sugeriu aos deputados municipais que que vêm substituir outros, que peçam aos serviços de apoio, que lhes forneçam a “senha de acesso” à plataforma para terem acesso, em tempo, a todos os documentos e que todos façam um esforço para que a comunicação seja feita com a maior brevidade.
- Agradeceu à Câmara Municipal e aos seus trabalhadores a maneira como estão apresentados os documentos no site da Assembleia Municipal;
- Informou que todos os Deputados Municipais receberam a “*uma nota*” sobre a repartição dos tempos, resultante da reunião de Conferência de Líderes solicitando a todos para serem mais cuidadosos, mais parcimoniosos na utilização dos tempos;
- Submeteu a “*Ordem de Trabalhos*” à votação – Aprovada por unanimidade;
- Propôs que, terminado o período da intervenção do Presidente da Câmara, se se agrupassem em termos de discussão, os Pontos 2, 3, 4 e 5, com discussão conjunta e se se somassem os tempos dedicados a cada um dos pontos e depois, se se adicionassem os Pontos 6, 7, e 8 e se se somassem e, quando os tempos chegassem à hora, esta fosse arredondada;
- Sugeriu um voto de pesar pelo falecimento do ex-autarca José Carlos Santos, antigo Presidente da Junta de Freguesia de S. Paulo de Frades;
- Terminou informando que recebeu de todos os grupos Políticos as listas com os nomes das pessoas que irão intervir em *todos os pontos da “Ordem de Trabalhos*.

### II - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

**Intervenção do deputado municipal Júlio Gaudêncio (CPC):** (áudio 12:42 a 14:57 minutos – 1ª gravação)

- Informou que Partido Socialista e o Presidente da Câmara concluíram 80% do seu mandato e, para comemorar este feito, convidaram a Comunicação Social, percorrendo Coimbra a mostrar as poucas obras, sendo que o importante continua por realizar;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Disse que o Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco, começou a funcionar com grande atraso, mas continua em obras, sem se saber em que data concreta terminam e que o modelo de Gestão e Plano Estratégico, para este Centro de Convenções, não é perceptível e transparente, porque apenas se sabe que têm sido feitos ajustes directos a novas empresas, cujos sócios são os mesmos das anteriores;
- Quanto ao I Parque, informou não haver atracção para os Investidores;
- Em relação á Recuperação das áreas classificadas como Património da Humanidade, informou que já têm 39 meses de atraso e continuam sem se realizar e que a Reabilitação do Centro Histórico e a Revitalização do Comércio Tradicional, continua em atraso;
- Afirmou não existirem novas infraestruturas de Ensino, Culturais, Desportivas e de Lazer;
- Disse ainda que continuam por cumprir integralmente, com transparência e sem subterfúgios, os protocolos com as Juntas e Uniões de Freguesia, com prejuízo da execução dos seus orçamentos fundamentais para o apoio às populações.
- Quanto ao projecto do Metro Mondego, afirmou ter virado abertura do canal central e que o mesmo foi metido na gaveta!
- Terminou afirmando que o mais importante para a cidade e para o Concelho continua por fazer.

### **Intervenção do deputado municipal Mário Carvalho (PS):** [\(áudio 15:32 a 19:06 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Salientou o lançamento de um concurso público para a empreitada de "*Desassoreamento da Albufeira do Açude-Ponte de Coimbra*", com um custo de 4,2 milhões de €uros +IVA e com um prazo de execução de dois anos, que serão financiados, em 15%, pela Câmara Municipal de Coimbra e, em 85%, pelo "*Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos*" - **POSEUR**. Este processo de extracção de areias e sedimentos terá como objectivo repor o leito do rio semelhante ao nível do ano de 1985, ano da construção do Açude -Ponte de Coimbra;
- Informou que no passado dia 4, no Salão Nobre do Município, a Câmara Municipal de Coimbra e a Agência Portuguesa do Ambiente – APA, assinaram acordos de parceria para o desassoreamento da albufeira do Açude – Ponte do Rio Mondego e para a estabilização da margem direita entre as pontes de Santa Clara e Açude Ponte., tendo os documentos sido homologados pelo ministro do Ambiente, Matos Fernandes, presente no acto, em que também participou o Secretário de Estado do Ambiente, Carlos Martins;
- Terminou afirmando que, o desassoreamento do Rio Mondego, e outras intervenções associadas, tão apregoado por muitos durante tantos e tantos anos, sem que nada tivesse sido feito, será finalmente uma realidade.

### **Intervenção da deputada municipal Ana Janine (CPC):** [\(áudio 19:49 a 23:40 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Informou estar perante uma Assembleia Municipal que pretende definir muitas coisas para o futuro, porque lhes pede para aprovar uma série de temas, nomeadamente orçamento, taxas, taxas de imposto, mas se se olhar para a frente, corra-se o risco de ser uma fuga para a frente se



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

se não olhar para trás e, numa Assembleia, em que a posição do município admite que se mantenham os sacrifícios aos cidadãos, mantendo as taxas elevadas, não concedendo benefícios e recusando o estatuto privilegiado, a quem acaba de contribuir de uma forma de diferente, para a nossa sociedade, como é o caso das famílias numerosas, não dando benéfico aos cidadãos de Coimbra de devolução do seu IRS, afirmou que “há que olhar para trás”;

- Informou que estão em desacordo com o aumento dos ajustes directos;
- Após 3 anos passados perceberam a forma como os ajustes directos estão a ser utilizados, reforçou-se, não só esta força política, mas também outras, como por exemplo, a opinião pública, a comunicação social, sobre a problemática da proximidade de erros beneficiários destes ajustes directos a quem os decide legalmente, mas que podem levantar contornos éticos complicados, porque são levantadas nos jornais, por professores catedráticos as tais “linhas vermelhas” e de expedientes que podem levantar suspeitas de fraude à lei;
- Terminou afirmando que têm a obrigação de levantar a questão ética.

### **Intervenção da deputada municipal Ângela P. Correia (PS):** [\(áudio 24:09 a 28:38 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Informou que as novas cidades deste século estão marcadas para o surgimento de lugares voltados para novos valores e novas conotações. O caos urbano, a vida agitada estão a criar um novo ambiente urbano, que exige respostas e, são precisamente estas respostas que o Município de Coimbra está a construir, dando com o exemplo, a realização em 2018, dos Jogos Europeus Universitários;
- Disse ainda que a Câmara Municipal de Coimbra adjudicou o tratamento urbanístico do Estádio Universitário e das suas estruturas envolventes, através da construção, na secção norte da Praça das Cortes, de um parque de estacionamento fechado e de uma zona pedonal a sul. O passeio junto ao Estádio Universitário será prolongado até à Avenida Dr. João das Regras, incluindo esta renovação urbana a plantação de árvores, e que o acesso ao futuro parque se fará a partir das Avenidas de Conímbriga ou João das Regras;
- Lembrou que foi em Santa Clara que no dia Mundial do Turismo, o Dr. Manuel Machado recebeu o Senhor Ministro da Economia, a Senhora Secretária de Estado do Turismo e o Senhor Secretário de Estado da Cultura, para apresentar no Convento de S. Francisco, o Projecto Interministerial de Recuperação e Valorização de Imóveis do Estado, para fins turísticos de 30 edifícios históricos a serem concessionados por concurso público, a investidores nacionais ou estrangeiros, através do programa REVIVE, sendo o emblemático Mosteiro de Santa Clara – a – Nova, um dos 11 edifícios que irá ser concessionado até ao final do ano;
- Terminou destacando a cedência gratuita de direito de superfície de dois terrenos municipais, ao Exploratório - Centro de Ciência Viva de Coimbra.

### **Intervenção da deputada municipal Cristina Agreira (CPC):** [\(áudio 29:09 a 31:34 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Questionou o Presidente da Câmara Municipal sobre o investimento nesta cidade;
- Perguntou como é possível após mais de um ano, continue a fechar as portas ao investimento nesta cidade e nesta sequência perguntou ao Presidente da Câmara o que é feito do IKEA.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Como é possível após 3 anos de mandato não ter qualquer informação a dar a esta Assembleia sobre o investimento do grupo sueco, bem com o Grupo IBM que pelo facto não ter sido recebido pelo Senhor presidente ou por alguém que o representasse, foi instalar-se na cidade de Viseu;

- Terminou questionando quantas empresas investiram em Coimbra e quantos postos de trabalho foram criados, o que fez a Câmara de Coimbra quanto a “investimento” e, o que o leva a fechar as portas e a virar as costas ao investimento.

### **Intervenção do deputado municipal José Reis (CpC):** (áudio 32:10 a 39.05 minutos – 1ª gravação)

- Informou que a Câmara aprovou na sua última reunião o concurso para as obras da chamada “Via Central”, não tendo agido no sentido que foi deliberado na sessão da Assembleia Municipal de 30 de Junho, por não se tratar de uma intervenção de regeneração urbana, porque não é para passar o Metro Mondego e não inclui a recomposição do tecido urbano esventrado, não é parte de um programa de revitalização e desenvolvimento da baixa, não é, o projecto do Arq. Gonçalo Byrne;
- Reafirmou que o CpC tem como prioridade, a requalificação da baixa urgentemente;
- Entendeu que o concurso aberto pela Câmara Municipal contraria tudo o que foi dito na anterior Assembleia Municipal ou seja, a manutenção do projecto de Gonçalo Byrne;
- Afirmou que nenhuma intervenção urbana de qualidade se faz nos dias de hoje sem debate, sem exposição pública, sem envolvimento das populações, sem explícita e detalhada apresentação da estratégia, dos objectivos, da sequência pensada entre as várias intervenções. E que devia ser assim para a intervenção na baixa, para a gestão de S. Francisco ou para a intervenção nos muros do rio e para a qualificação das suas margens, mas infelizmente em Coimbra faz-se mal e, por isso, o CpC são oposição declarada;
- Terminou dizendo que do que Coimbra não precisava, neste contexto, é de ela própria ter como prioridade fazer demolições para abrir mais uma via de trânsito para automóveis.

### **Intervenção do deputado municipal Dino Alves (CPC):** (áudio 39:45 a 44.10 minutos – 1ª gravação)

- Dirigiu-se ao Presidente da Câmara afirmando não perder sequer um minuto para sublinhar a inexistência de políticas de Juventude em Coimbra pelo facto de isso ser demasiado evidente, uma vez que contrastando bem com os mais de 100 mil euros anuais investidos pelo anterior executivo na área da Juventude, e o absurdo é tal que a Câmara de Coimbra se propõe gastar menos com Juventude, ou seja apenas 3.500 euros, em 2017. De acordo com o IEFP, em Setembro havia mais de 6.500 pessoas sem emprego em Coimbra, bem como o número de empresas criadas durante 2015 contra o número de empresas dissolvidas mas temos um IParque onde não se instala uma única empresa desde a tomada de posse deste Executivo;
- Questionou também o escandaloso dossiê dos ajustes directos;
- Terminou deixando um apelo à cidade, para que todos saibam que Coimbra ficou para trás, perdida nessa província a que as últimas eleições autárquicas os condenaram, e que a sua geração, não volte a cometer o mesmo erro.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Intervenção do deputado municipal Paulo Coelho (CDU):** [\(áudio 44:25 a 47:10 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Informou que a CDU tem sido confrontada com diversas queixas da população escolar e das próprias associações de pais relativas à qualidade das refeições servidas nas escolas do nosso concelho;
- Solicitou que os munícipes fossem esclarecidos através desta Assembleia Municipal sobre estas queixas e as providências que foram tomadas para a sua resolução;
- Terminou questionando o Executivo sobre a aplicação da moção apresentada pela bancada da CDU e aprovada apenas com uma abstenção, na Assembleia Municipal de 11 de Março de 2009, que visava a utilização preferencial de produtos locais, nas cantinas do ensino pré-escolar e obrigatório, bem como nas cantinas destinadas aos funcionários do município.

### **Intervenção do Presidente da Freguesia de Torres do Mondego:** [\(áudio 47:51 a 51:22 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Alertou o deputado municipal Dino Alves, que no seu discurso apenas se referiu ao concelho de Coimbra esquecendo-se, que existem mais concelhos no distrito de Coimbra;
- Informou que a Câmara Municipal, através da Empresa Municipal Águas de Coimbra, consignou, no Centro Cultural e Recreativo do Dianteiro, a empreitada de instalação da rede de drenagem de águas residuais e a renovação da rede de água que irá beneficiar cerca de 1.700 habitantes moradores nas Freguesias de Torres do Mondego e Santo António dos Olivais e a União de Freguesias de Eiras e S. Paulo de Frades e, concluídas estas obras, Coimbra passará ter uma cobertura de 98,6%, do saneamento colectado e tratado e, a colocar-se-á no patamar das cidades mais evoluídas neste âmbito, mesmo se comparado do que melhor há na Europa;
- Realçou também as obras na Freguesia de Almalaguês e a construção de saneamento na Pedrulha afirmando que os investimentos deste executivo, vêm beneficiar as pessoas e o ambiente;
- Terminou agradecendo ao Executivo Municipal e à Empresa Municipal Águas de Coimbra.

### **Intervenção do deputado municipal Manuel Rebanda (CPC):** [\(áudio 51:49 a 53:40 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Começou por afirmar que os dados que o deputado municipal Dino Alves aqui trouxe, são números que dizem respeito ao concelho e não ao distrito;
- Dirigiu-se à bancada do Grupo Socialista interpelando-os sobre as suas intervenções laudatórias, relativas às obras em curso, como por exemplo, o desassoreamento do rio Mondego;
- Terminou solicitando que fossem debatidas na Assembleia Municipal questões concretas, como por exemplo, a questão das refeições, os ajustes directos e não questões laudatórias.

### **Intervenção da deputada municipal Isabel Garcia (PS):** [\(áudio 54:09 a 58:15 minutos – 1ª gravação\)](#)



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Afirmou que a resolução da “Via Central” já foi debatido várias vezes nesta Assembleia Municipal, mas que considera fundamental para a mobilidade e qualidade de vida na nossa cidade;
- Disse que o Executivo camarário aprovou o lançamento de um concurso público para construção do primeiro troço da “Via Central” e contemplará infraestruturas várias e de arranjos de espaços exteriores, infraestruturas, abastecimento de águas, saneamento, electricidade, telecomunicações e abastecimento de gás, tendo o seu início na Avenida Fernão de Magalhães eliminando assim uma zona degradada da cidade;
- Informou que neste âmbito o Presidente da Câmara Municipal recebeu o Secretário de Estado Adjunto do Ambiente e o Presidente IHRU para assinatura de um protocolo institucional no âmbito “Reabilitar para Arrendar, habitação acessível”;
- Terminou destingindo a valorização do centro da cidade, área do Património Mundial da Humanidade e a requalificação dos espaços para promover a habitabilidade e a centralidade da Baixa de Coimbra como área económica e turística necessária à nossa cidade.

### **Intervenção do deputado municipal Horácio Santiago (PS):** [\(áudio 58:54 da 1ª gravação a 01:50 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Sublinhou a sua surpresa pelo facto de só agora surgir o tema “refeitórios” por entender estar perante uma situação preocupante em que se terá de ponderar o que é que tem sido feito, sendo isso, no seu entender muito importante;
- Descreveu tudo aquilo que foi feito por este executivo, tanto a nível de alimentação e sua distribuição, transportes, distribuição de manuais escolares e mochilas, para todos os alunos do 1º ciclo e, terminou informando, que o investimento geral deste executivo na educação ronda os 7 milhões de euros.

### **Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU):** [\(áudio 02:20 a 07:12 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Iniciou a sua intervenção afirmando que a CDU vai lutar na Assembleia da República e também junto dos órgãos em que estão representados, pela constituição de um novo Mapa de Freguesia de modo a inverter a situação gerada, resultante da agregação das freguesias;
- Informou também que no passado mês de Outubro, levaram a cabo, em Cernache, uma sessão pública relativa aos transportes públicos, porque entendem que estes têm que ser estendidos a todos os cidadãos de modo a promover a sua mobilidade, porque o transporte público, é hoje um factor essencial de coesão e de desenvolvimento;
- Terminou referindo-se à situação dos “refeitórios – refeições” afirmando que as brechas abertas que visam o lucro através do bem-estar das nossas crianças, são sempre uma má notícia para os cidadãos.

## III - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### **Intervenção do Presidente da Câmara:** [\(áudio 09:53 a 32:15 minutos – 2ª gravação\)](#)



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 75.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, foi apresentada e distribuída a informação escrita acerca da actividade e situação financeira da Câmara Municipal durante o período. O Presidente da Câmara Municipal esclareceu os pontos da sua informação escrita, bem com as questões levantadas pelos deputados municipais no “*Período de Antes da Ordem do Dia*”.
- Destacou, para além da sua informação escrita, a celebração a nível nacional dos 40 anos do dia 10 de Dezembro, realizada no Convento de S. Francisco, em Coimbra, com a presença de todos os representantes de todos os partidos políticos, com assento na Assembleia da República, o Presidente da República, o Primeiro-Ministro e outras ilustres personalidades convidadas;
- Esclareceu que em relação IBM/Viseu, desde Abril 2013, não existe nenhum pedido de reunião, entrado na Câmara Municipal de Coimbra;
- Informou que é mentira que nos mandatos em que foi sufragado como Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, tenha encerrado a Estaco e a Fábrica dos Curtumes;
- Quanto ao IKEA informou, que o processo está a decorrer os seus trâmites, em sede própria, com envolvimento de várias entidades, com estudos importantes e profundos, mas afirmou que nenhuma empresa é bem-vinda a Coimbra se apenas vier exclusivamente à procura de “*ganhuça*”, à procura de terreno e de mão-de-obra barata e, neste contexto, deu como exemplo, a empresa que se instalou em Coimbra, de nome OLIMPUS e que tem a sua actividade e desenvolvimento industrial em Taveiro, sendo a única empresa na Europa a fazer reparação de equipamentos da óptica no âmbito da medicina;
- Quanto à Requalificação do “*coração da cidade*”, informou que é um dos processos em que o Executivo se tem dedicado profunda e abnegadamente, trabalhando, portanto, o processo vai ser executado e não vai haver demolições porque, as demolições, já foram feitas, não são da sua responsabilidade e ninguém se manifestou. Agora, o que vai ser feito é, a reconstrução urbana, a reconstrução ou construção de novo, onde que foi demolido em definitivo e, as empreitadas estão desencadeadas e algumas delas já decorreram;
- Informou ainda que, se está na parte final de conclusão do processo de construção da Ponte Pedonal, adequada para servir a Praia Fluvial dos Palheiros do Zorro, sendo o projecto efectuado por ajuste directo, ao Arquitecto Camilo Cortesão e ao ITeCons, bem com a Ponte do Paço, que liga a via rápida da Bencanta-Taveiro-Arzila, até Pereira do Campo-Montemor-o-Velho, estando o Executivo neste momento, em negociações com as Infraestruturas de Portugal, em articulação com a Câmara Municipal de Montemor-O-Velho;
- Mais informou, que está desencadeada a operação de alargamento das auto estradas de comunicação, nas zonas de património classificado, no âmbito do Programa “*Coimbra +*” de modo a tornar a cidade visitável, mais aprazível, estimuladora e atractiva para os moradores ou seja, de acesso livre às novas vias de comunicação;
- Quanto ao desassoreamento do Rio Mondego, recentemente ficou concluído o processo para lançamento do concurso, que será apreciado pela Câmara de Coimbra, cujo contrato ficou concluído há poucos dias, com financiamento comunitário de 85%, correspondente a 14 milhões de euros que serve não apenas o núcleo central da cidade, serve o país;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Informou ainda que está resolvido também, o processo com a EDP, para colocação de luminárias LED, em cumprimento do contrato de concessão;
- Mais disse, que acabou de ser adjudicada a instalação, em todo o sistema de transportes – SMTUC, à Internet, um serviço livre e gratuito;
- Defendeu-se de uma notícia de um jornal sobre a alimentação escolar, onde foi difamado, informando que não estão provadas estas informações e que, sem fugir às suas responsabilidades que as refeições escolares e a actividade educativa são para o executivo, uma questão de grande importância;
- Esclareceu que, após 3 anos de governação 4,5 milhões de euros em habitação social, 9,5 milhões euros de apoio à educação, mais de 1,800 pessoas apoiadas pelos contratos locais de desenvolvimento social, mais de 3,5 milhões de euros de reabilitação do parque escolar, mais a criação de 381 empresas no município de Coimbra, mantêm a isenção da derrama para as pequenas e médias empresas, pouparam de IMI, mais de 3 milhões de euros às famílias deste concelho, devolveram às famílias mais de 1,8 milhões de euros de IRS, reduziram 5% nas tarifas de água e, aumentaram assim, a poupança às famílias, em 750 mil euros, dotaram os transportes colectivos de mais de 6 autocarros, têm mais de 2.397 beneficiários do “*Passe Mais*”, 6.500 milhões de euros investidos em articulação directa, com as juntas de freguesias, 211 mil euros, aplicados em articulação com instituições sociais de freguesias, 2,8 milhões de euros, em apoio aos clubes associações desportivas do concelho e finalmente, o arranque da ciclovia do Mondego e, a conclusão da obra do Convento de S. Francisco, porque este, é uma obra notável fazendo jus a todos aqueles que para isso contribuíram e contribuem, presentemente. Também o lançamento do Ano Zero, com a inauguração do Museu mais pequeno do mundo de arte contemporânea;
- Terminou afirmando que não vai desistir de persistir, de cumprir a obra com perfeição por, ser este o seu modo de ver a cidade, de conhecer os conimbricenses e de poder ajudar a valorizar Coimbra.

### **Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:** [\(áudio 32:24 a 32:57 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Propôs que sendo este debate importante e se todos os deputados municipais estivessem de acordo, este período seria alargado de 45 minutos para a “hora”, permitindo a todos os grupos políticos não beneficiar de metade do tempo que estava inicialmente previsto, mas do tempo todo.

### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):** [\(áudio 33:25 a 37:05 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Solicitou ao Presidente da Câmara Municipal que esclarecesse a Assembleia Municipal, mais propriamente os deputados municipais José Reis e Júlio Gaudêncio, sobre o conjunto obras que se encontram concluídas, as que se encontram iniciadas ou já aprovadas, com financiamento e projectos aprovados.

### **Intervenção do deputado municipal Manuel Rebanda (CPC):** [\(áudio 37:42 a 44:45 minutos – 2ª gravação\)](#)



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Informou que ficou preocupado com a intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva porque acredita que haja projectos, mas o rol de obras enunciadas pelo referido deputado municipal, não são visíveis, por se estar a falar de 3 anos de mandato;
- Quanto às várias intervenções e às respostas do Presidente da Câmara Municipal, congratulou-se pela explicação dada, mas disse que o que a bancada do CPC pretendia, era saber o que se passa, qual o ponto da situação e, quais são as condições em que os seus filhos tomam as refeições nas escolas;
- Afirmou que qualquer município tem de ter, é uma política de atracção do investimento e de atracção de postos de trabalho, porque é necessário tornar a cidade atractiva para os investidores e que não leve os jovens a ter que procurar trabalho fora;
- Quanto ao Convento de S. Francisco afirmou, que os responsáveis pela obra, não foram devidamente elucidados, para assumir as responsabilidades dessas faltas de conformidade;
- Em relação à intervenção do Presidente da Câmara Municipal disse, não ter qualquer tipo de dúvida daquilo que por ele foi afirmado, mas entendeu que os projectos são diferentes e que não foram estes projectos que foram subscritos pelo CpC.

### **Intervenção do deputado municipal Jorge Seabra (CDU):** [\(áudio 45:58 a 47:05 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Questionou o Presidente da Câmara Municipal sobre a localização da colecção Miró no Convento de S. Francisco, uma vez que na última Assembleia Municipal, foi por este afirmado, que iria fazer os possíveis, deixando até transparecer também, a ideia de que a localização da colecção Miró na Fundação Serralves, estava desde há muito combinada nomeadamente, entre o Governo e a Cristas. Informou que obteve a confirmação junto de um membro da administração da Fundação Serralves, que não é verdade, terminando deixando a pergunta ao Presidente da Câmara Municipal sobre o que é que foi feito e o que é que ainda se pensa fazer no sentido de lutar por uma solução que iria resolver muitos dos problemas do Convento de S. Francisco.

### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):** [\(áudio 47:31 a 50:36 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Questionou o Presidente da Câmara Municipal na sequência das intervenções das deputadas municipais Ana Janine e Cristina Agreira, sobre se nos ajustes directos que esta Câmara Municipal já efectuou, foram apontadas, em concreto, algumas ilegalidades, e, se em relação à matéria de emprego, neste caso dirigindo-se à intervenção do deputado municipal Dino Alves, se é verdade ou mentira que se registaram no nosso concelho, mais 381 empresas.

### **Intervenção do Presidente U F de Santa Clara e Castelo de Viegas:** [\(áudio 51:28 a 55:11 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Referiu-se à intervenção do Presidente da Câmara Municipal sobre a atribuição de subsídios às juntas de freguesias, mas a sua freguesia dos 104 mil euros só recebeu 5.000 euros e estamos no fim do mandato;
- Quanto às inaugurações das várias obras apregoadas pelo Presidente da Câmara, afirmou não ter conhecimento de inaugurações de uma junta de freguesia nova, não viu inaugurações de nenhuma piscina nova;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Quanto ao desassoreamento do Rio Mondego, afirmou ter em seu poder a consulta pública datada 2010, mas continua sem entender o que se o pretende.

### **Intervenção do Presidente da Freguesia de Souselas:** (áudio 55:41 a 56:43 minutos – 2ª gravação)

- Pediu esclarecimentos ao Presidente da Câmara Municipal sobre o ponto de situação do Instituto Educativo de Souselas, por ser esta a única escola da zona norte de Coimbra e, tendo sido aprovada nesta Assembleia Municipal uma Moção, apresentada por três presidentes de junta, preocupados com a zona norte de Coimbra, até ao momento não obtiveram qualquer resposta.

### **Intervenção do Presidente da Câmara:** (áudio 57:02 da 2ª gravação a 13:15 minutos – 3ª gravação)

- Em relação às questões levantadas nesta Assembleia Municipal pelos deputados municipais, disse que poderia responder a algumas de modo directo e iniciou as respostas com a questão das obras que, quer por ajuste directo, quer por concurso público internacional, as contratações na Câmara Municipal de Coimbra, são feitas por normas, que são regidas, controladas e supervisionadas no âmbito dos contratos públicos e com todos os cuidados que são adequados por ser uma defesa do poder democrático;
- Quanto às questões que foram postas em relação à obra do Alegria/Arco da Traição/ Botânico, informou que os autocarros estão adquiridos e o essencial da obra está feita, mas junto ao Arco da Traição, surgiu um aspecto arqueológico que obrigou a detalhes complementares, que estão a ser resolvidos;
- Quanto ao número líquido de empresas criadas informou que é superior a mais de 381 empresas porque, é importante também fazer referência, às empresas que resistiram e que é notável, como por exemplo o Instituto Pedro Nunes, defendendo que o trabalho com as empresas, não deve ser feito com o primado da propaganda mas sim desenvolvendo-se com o dinamismo com o trabalho dos empresários e dos seus trabalhadores criando assim resultados e as instituições públicas apoiam;
- Dirigiu-se ao deputado Municipal Manuel Rebanda afirmando, que não vive de propaganda, nem trabalha assim e, deu como exemplo, a requalificação da encosta da Rua da Sofia e intervenção da via alternativa à Rua da Sofia que está consignada, não é propaganda, tem fundos comunitários e está a decorrer;
- Quanto a intervenção da Praça do Arnado/Rua Simões de Castro, está adjudicada e submetida a visto do Tribunal de Contas;
- Quanto à Requalificação do Parque Manuel Braga, tem o projecto em curso, arranjou-se o financiamento de fundos europeus e, o passeio confinante, deverá entrar entre dias em obras de requalificação, bem com as Docas que aguarda que lhe seja entregue o projecto feito pelo arquitecto Camilo Cortesão, para que possa ser lançado o concurso de modo a resolver o alagamento naquele sítio;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- A operação de valorização de espaço público e a modernização das infraestruturas estão a decorrer por toda a cidade e, o acordo com a EDP para substituição de norte a sul das luminárias, por tecnologias LED, está a decorrer;
- Quanto à intervenção da Rua Sob Ripas, convidou todos os presentes a fazerem uma visita, para verificarem as melhorias das acessibilidades;
- As obras no Terreiro da Erva e, a intervenção da Rua e Escadas da Carqueja estão a decorrer, bem como, a intervenção no Largo de S. Salvador, que se encontra em fase de concurso;
- Quanto ao projecto de ligação da Universidade ao Arco de Almedina, através Quebra-costas, encontra-se em fase final de pareceres, bem com a intervenção do prédio sito no Pátio do Castilho, cedido graciosamente pela Câmara Municipal ao GAAC, encontra em fase de procedimento concursal, para a adjudicação;
- Em relação às juntas de freguesias, informou que a Câmara Municipal tem honrado os seus compromissos;
- Finalmente falou sobre o Convento de S. Francisco, informando que é uma questão complexa, que decorre com todos os cuidados, com articulação com equipas das mais diversas especialidades, incluindo arquitectura e outras tecnologias, tendo ficando equacionado que de modo a ser aproveitado aquela importante infraestrutura do nosso concelho e do nosso país, com a Fundação Serralves para reciprocidade de apoio em exposições de interesses comuns, estando a colecção Miró, porque o estado Português assim o decidiu, que esta fique na Fundação Serralves;
- Terminou afirmando que para além dos impostos que advêm para a Câmara Municipal dos impostos e das receitas próprios da actividade municipal, o orçamento deste ano, contam com dois importantes grupos de contributos, ou seja o PEDU e o POCUR;
- Em relação à moção apresentada sobre o Instituto Educativo de Souselas informou, que é da competência do Ministério da Educação, mas que estará atento ao desenvolvimento do pretendido.

### **2. Imposto Municipal sobre Imóveis relativo ao ano de 2016, a liquidar e cobrar em 2017;**

### **3. Derrama do ano de 2016 a liquidar e cobrar em 2017;**

### **4. Participação Variável no IRS para 2017;**

### **5. Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2017;**

**Intervenção do deputado municipal Manuel Rebanda (CPC):** [\(áudio 15:11 a 17:48 minutos – 3ª gravação\)](#)

## **Proposta**

### *A taxa geral do IMI*

*Cientes das dificuldades actuais dos conimbricenses, considerando a pequena capacidade de realização de despesa útil por parte da actual Câmara e não havendo projectos municipais*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

*extraordinários cuja despesa justifique a cobrança de mais impostos, os abaixo assinados propõem que a taxa de IMI a aplicar em 2017 seja de, 9,30%, Mantendo-se as restantes regras constantes da proposta que hoje vem à Assembleia Municipal nomeadamente no que respeita ao IMI rústico, às majorações e às reduções aí propostas.*

### *IMI familiar*

*Em 2016, a maioria desta Câmara não acolheu a possibilidade de as famílias com dependentes a cargo (filhos, idosos ou outros) poderem ter reduções no Mi, como prevê a legislação desde 2016. Esta possibilidade do "IMI familiar" foi, entretanto, aproveitada por 221 dos 308 municípios portugueses (72%), que assim reconheceram o grave problema demográfico que o país atravessa e a necessidade de as autarquias darem sinais positivos às famílias, percebendo o esforço extra que uma família com dependentes faz em relação a outra família em tudo igual excepto no número de dependentes. Para a redução poder ocorrer em 2017, terá de ser comunicada à Autoridade Tributária até 30 de Novembro.*

*Assim, somos a propor que, em 2017, haja redução da taxa de IMI para a residência fiscal das famílias com dependentes, nos termos legais, nos seguintes montantes: famílias com 1 dependente: 20% de redução; com 2 dependentes: 40% de redução; com 3 ou mais dependente: 70% de redução.*

### **Intervenção do Presidente U F da Sé Nova, St<sup>a</sup> Cruz, Almedina e S. Bartolomeu:** [\(áudio 18:52 a 20:39 minutos – 3<sup>a</sup> gravação\)](#)

- Disse que a UNESCO resolveu considerar determinadas zonas protegidas das cidades, mas o que acontece é que na sua área administrativa, existe uma zona que é considerada protegida, chamada a “zona da Alta” e nessa zona, os moradores não podem fazer melhorias nas suas casas, nomeadamente mudança de portas, cores, e outras melhorias;
- Assim, propôs que os moradores desta zona protegida, ficassem isentos de IMI, como acontece em outras cidades do nosso país.

### **Intervenção do Presidente U F de Trouxemil e Torre de Vilela:** [\(áudio 21:10 a 27:27 minutos – 3<sup>a</sup> gravação\)](#)

- Relembrou que a receita de IMI tem aumentado nos últimos 3 anos, esquecendo os coeficientes de localização;
- Informou que desde o dia 1 de Janeiro de 2016 está aprovado o novo mapa, com os novos coeficientes para o Município de Coimbra e que apesar de ter colaborado na elaboração do referido mapa, não concordou;
- Em relação à sua área administrativa tem zonas em que o coeficientes de localização, factor importante para determinar o valor da avaliação fiscal das finanças, é equiparável, senão mesmo superior a muitas das zonas do centro da cidade ou mesmo da franja da mesma;
- Terminou afirmando que não entende porque é que a Câmara Municipal não tem coragem de rever as avaliações da zona de Trouxemil e corrigir os coeficientes de localização.

### **Intervenção da deputada municipal Ana Janine (CPC):** [\(áudio 28:05 a 31:14 minutos – 3<sup>a</sup> gravação\)](#)



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Informou que a receita do IMI continua a aumentar e, nos últimos 3 anos houve um aumento de quase 15% e, que a receita geral da Câmara Municipal tem um aumento de 8% continuando-se a onerar os munícipes com impostos e taxas que não se justificam;
- Quanto à questão das famílias com dependentes a cargo disse que desonerá-las, sobretudo da forma que agora está legislada, significa na receita total de IMI da Câmara Municipal uma redução de 1,2%, ou seja 350 mil euros numa receita que aumentou nos últimos 3 anos 1,5 milhão de euros;
- Terminou afirmando que o compromisso da Câmara que foi eleita, era reduzir a parte de IRS de 5% possíveis para metade, mas actualmente está nos 4,5%, não sabendo em que espaço temporal se pretende cumprir este compromisso eleitoral.

### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):** [\(áudio 31:47 a 43:08 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Iniciou a sua intervenção dizendo que neste mandato socialista, os factos indesmentíveis, nomeadamente: no IMI — uma poupança de 3 M € às famílias; no IRS — uma devolução de 1,8 M € às famílias; na água — uma redução de 5% nas tarifas, que se traduz numa poupança de 750 mil € às famílias;
- Informou que a proposta do executivo municipal de redução para 0,34% é a terceira descida da taxa de IMI que, cômputo geral, representa uma descida de 0,5% e que em 2013 foi aprovada uma descida de 0,39% para 0,38%, em 2014 de 0,38% para 0,35%, que se manteve em 2015, e este a proposta de redução para 0,34%;
- Disse ainda, ser esta a terceira descida da taxa de IMI, que no acumulado representa uma baixa 0,5%;
- Terminou afirmando que se deveria continuar a referir a política municipal de redução de impostos e taxas municipais, uma vez que esta votação foi pacífica tanto na fixação da derrama, como na Taxa Municipal de Direitos de Passagem, aprovadas por unanimidade, tendo apenas a taxa de participação variável no IRS sido aprovada pro maioria e, nessa matéria, disse querer apenas acompanhar e aplaudir o que foi deliberado pela Câmara Municipal.

### **Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):** [\(áudio 43:30 a 53:46 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Agradeceu pelo reconhecimento público demonstrado pelas suficiências e insuficiências dos partidos que governaram este município durante 10 anos;
- Em relação à proposta da fixação das taxas do IMI a cobrar em 2017, referentes a 2016, informou que tem a concordância na generalidade da bancada da CDU, por tratar-se de um balanço da progressão da taxa do IMI, no concelho de Coimbra;
- Mais informou que, entre 2003 e 2013, a cobrança da taxa IMI em Coimbra, subiu de 11.394 milhões de euros para 25.500 milhões de euros, portanto, duplicou;
- Chamou à atenção do Partido Socialista por ter assumido finalmente uma posição mais autónoma e aderência à realidade, porque o IMI, apesar das taxas elevadas, ia aumentando exponencialmente.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Quanto à fixação da derrama informou, que apesar de não existir uma qualquer orientação neste sentido, restringem-se apenas à análise de derrama, enquanto receita municipal ou seja, a sua incidência sobre os lucros das empresas com actividade no concelho, nomeadamente as empresas do sector financeiro e/ou grossistas, perdedores por excelência e das pequenas e médias empresas porque são estas que mantêm um elevado resultado positivo da sua actividade, terminam informando que a bancada da CDU votará favoravelmente a proposta apresentada;
- Relativamente às propostas do IRS e dos Direitos de Passagem, informou não estarem de acordo e votarão contra, por entenderem que não é com este tipo de propostas que se fará justiça social.

### **Intervenção do deputado municipal Dino Alves (CPC):** [\(áudio 54:09 a 58:01 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Solicitou ao deputado municipal Pinto Ângelo esclarecimentos em relação aos encargos em relação à cobrança das taxas do IMI, porque no seu entender a realidade estará nos detalhes já que em 2013, o valor total foram 25,6 milhões de euros e, em 2016 foram cobrados 29,2 milhões de euros, assim, se se aplicasse 0.30% em 2017, estaríamos a falar de 25 milhões de euros, ou seja exactamente o mesmo valor que foi cobrado em 2013 durante o anterior executivo.

### **Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):** [\(áudio 55:08 a 58:05 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Esclareceu o deputado municipal Dino Alves que o que CPC está presentemente a propor, foi o que recusaram durante anos;
- Mais informou que o que a bancada da CDU não concorda é com os pressupostos impostos pelo PSD, ou seja, a taxa do IMI.

### **Intervenção do deputado municipal José Reis (CpC):** [\(áudio 58:48 da 3ª gravação a 03:31 minutos da 4ª gravação\)](#)

- Começou por informar que não entende como é que a Assembleia Municipal não possa deliberar como melhor entendesse em matéria fiscal, porque é isso que diz a letra da lei a taxa do IMI;
- Informou que o IMI deve servir a política urbana e em especial, a promoção do centro urbano e que foi sempre nesse sentido que aqui fizeram propostas;
- Quanto ao IRS disse, que o que é mau é que se tenham feito promessas eleitorais que não se cumprem.

### **Intervenção do deputado municipal Sampaio Nora (CDS):** [\(áudio 04:11 a 09:31 minutos da 4ª gravação\)](#)

- Em relação à intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva esclareceu que, a Assembleia Municipal pode divergir de uma proposta camarária, neste caso concreto, sobre a proposta de IMI, pois a Lei 75/2013, assim o permite;
- Subscrive a proposta do CPC sobre o IMI ou seja, a não continuidade de reduções aos poucos deste imposto, porque o valor absoluto se atinge com a cobrança do imposto;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Quanto aos outros pontos, mais concretamente à redução do IRS, entende que a mesma está contra o município e por esse facto votará contra.

### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):** (10:14 a 13:32 minutos da 4ª gravação)

- Esclareceu o deputado municipal Sampaio Nora que não contraria aquilo que afirmou sobre o IMI;
- Quanto ao voto contra manifestado pelo deputado municipal da CDU, sobre a proposta da participação variável do IRS, informou que a mesma foi aprovada na Câmara Municipal e, a ser reprovada nesta Assembleia Municipal quem perderia única e exclusivamente, seriam as famílias e quem ganharia seria a Câmara Municipal, ou seja, esse dinheiro não reverteria para as famílias e ficaria nos cofres municipais.

### **Intervenção do deputado municipal Manuel Rebanda (CPC):** (áudio 13:43 a 15:50 minutos - 4ª gravação)

- Dirigiu-se ao deputado municipal Ferreira da Silva, informando-o que a Lei nº 75/2013 é bem clara e que neste momento não se está a debater o orçamento, mas sim o IMI.

### **Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CPC):** (áudio 16:13 a 20:24 minutos - 4ª gravação)

- Disse que não nega que os efeitos das avaliações porque foram persistentemente e anualmente invocados para justificar propostas de redução da taxa do IMI que não foram sonegadas pela maioria;
- Respondeu às preocupações do deputado municipal Ferreira da Silva sobre o “*enriquecimento ilícito*” da Câmara Municipal de Coimbra, afirmando que com certeza este terá todo o interesse em que se faça justiça, em relação à devolução de parte do IRS a cobrar, mas o que é certo é, que a esmagadora maioria da população de Coimbra, não paga ou paga muito pouco IRS, porque o que está a ser devolvido, ou a propor-se ser devolvido são “*aos de maiores rendimentos*”;
- Terminou propondo que o Partido Socialista faça justiça fiscal se quer fazer justiça social.

### **Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:** (áudio 20:34 a 28:11 minutos - 4ª gravação)

- Informou que antes das votações dos pontos propostos, existe uma questão prévia, nomeadamente as propostas que foram entregues na Mesa, pela Coligação “por Coimbra”, tronando-se assim numa questão processual e substancial;
- Manifestou a opinião da maioria da Mesa sobre as alterações propostas sobre o IMI, baseada no nº 1, artigo 25º Lei nº 75/2013 ou seja, *a Assembleia Municipal não tem direito próprio e por consequência, não tem direito de iniciativa, porquanto, as propostas aqui apresentadas não são legítimas, porque não foram aprovadas pela Câmara Municipal;*
- Dito isto, propôs à Assembleia Municipal que se pronunciasse sobre a admissibilidade das propostas da Coligação “Por Coimbra” e se a Assembleia Municipal entender, que são admissíveis, colocar-se-á para a discussão de fundo, pondo de imediato à votação a admissibilidade das referidas propostas.

### **Deliberação de 16/11/2016**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Assembleia Municipal, sob proposta da Coligação “Por Coimbra”, datada de 16 de Novembro deliberou, *por maioria*, com 25 votos a favor, 22 votos contra e 2 abstenções, aprovar, a admissibilidade das propostas sobre a taxa geral do IMI e IMI familiar.

***Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.***

**Declaração de voto do deputado municipal José Reis (CpC):** [\(áudio 30:19 a 31:26 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Informou que o CpC discorda radicalmente da interpretação feita pelo Presidente da Assembleia Municipal, da letra, do espírito e da melhor interpretação jurídica que têm havido sobre este assunto, mas também, a discordância quanto ao método proposto sobre o assunto.

**Declaração de voto do deputado municipal Manuel Rebanda (CPC):** [\(áudio 31:48 a 33:32 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Informou que a CPC votou a favor porque entendem com convicção que a interpretação que invocam é a correcta e está plasmada não só, na Lei das Autarquias, mas também, o plasmado na alíneas a), i) e m) do nº 3 do artº 25º e também, o plasmado no nº 3 do Regimento da Assembleia Municipal.

**Declaração de voto do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):** [\(áudio 33:54 a 34:50 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Informou que o Partido Socialista votou contra a admissibilidade da proposta apresentada pela Coligação “Por Coimbra”, porque entendem que a deliberação ora tomada, está ferida de nulidade, na medida em que aplicada e aprovada, introduz alteração da proposta do orçamento nos termos da alínea a), do nº 1, do artº 25º Lei no 75/2013.

**Declaração de voto do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):** [\(áudio 35:01 a 35:55 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Informou que a CDU não partilha da opinião do Presidente da Assembleia Municipal, em relação à abordagem jurídica desta matéria, porque pensam que é incorrecta e como tal, não a subscreveram, mas como entendem que não é apenas uma matéria jurídica entendem que é uma questão de funcionalidade e de democraticidade, ou seja que permita que a Assembleia Municipal permita pronunciar-se sobre elas, sem sonegar a opinião firme e firmada, individual ou colectiva.

**Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:** [\(áudio 35:59 a 38:11 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Informou o deputado municipal José Reis que entendeu que, o que a maioria da Mesa fez, foi um exercício de democracia, porque, apesar da sua opinião de fundo, submeteu a proposta apresentada pela Coligação “Por Coimbra”, à Assembleia Municipal para colher contributos e perdeu;
- Considerou não estar em falta perante a Assembleia Municipal pelo facto de ter utilizado o referido método, porque o fez na tentativa de clarificar a questão;
- Propôs à votação a proposta de fundo, sobre o IMI Familiar, apresentada pela Coligação “Por Coimbra”.

**Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):** [\(áudio 38:32 a 39:00 minutos – 4ª gravação\)](#)



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Informou que existe uma proposta que cobre uma multiplicidade de matérias e a mesma mereceu o apoio generalizado, excepto, uma matéria alternativa e uma matéria de acrescento, assim entendeu, que não faria sentido, optar-se por uma votação das excepções, quando não existe uma regra firmada.

### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):** [\(áudio 39:32 a 39:55 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Afirmou que a primeira proposta a ser votada deverá ser a proposta da Câmara Municipal.

### **Intervenção do deputado municipal Sampaio Nora (CDS):** [\(áudio 40:15 a 40:30 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Relativamente à taxa do IMI, informou que a questão não estará bem colocada, mas quanto ao IMI familiar entendeu que deveria ter uma votação autónoma.

### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):** [\(áudio 40:51 a 41:16 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Disse que a taxa de fixação do IMI é apenas uma, não deverá ser fragmentada, porque ela é, tal qual como se encontra na convocatória da “Ordem de Trabalhos” e, aprovada pela Câmara Municipal, porque no seu entendimento, a taxa não será a mesma se porventura uma outra alternativa fosse aprovada.

### **Intervenção do deputado municipal Manuel Rebanda (CPC):** [\(áudio 42:40 a 42:55 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Disse que a proposta do deputado municipal Ferreira da Silva, é proibir a votação da proposta da Coligação “Por Coimbra”, levando-o a afirmar que considera um ataque ao processo democrático da Assembleia Municipal.

### **Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:** [\(áudio 43:29 a 43:37 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Propôs que se votasse inicialmente a proposta aprovada pela Câmara Municipal e seguidamente o IMI familiar, como acrescento, apresentado pela Coligação “Por Coimbra”.

### **Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):** [\(áudio 43:50 a 44:49 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Pediu permissão para opinar sobre o sentido da votação, propondo que se votasse primeiramente a proposta da Câmara e seguidamente o acrescento sobre o IMI familiar, em alternativa.

### **Deliberação nº 37/2016/2016**

A Assembleia Municipal, sob proposta da proposta da Câmara Municipal datada do passado dia catorze de Outubro e nos termos da alínea d) do artigo 25º, conjugado com a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, 12 de Setembro, e da Lei nº 67/2007, de 31 de Dezembro, deliberou *por maioria*, com 34 votos a favor e 15 votos contra, aprovar relativamente ao ano de 2016 a cobrar em 2017, a fixação das seguintes taxas do **Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)** e respectivas minorações e majorações:

- Fixar a taxa a aplicar aos prédios rústicos em 0,80%;
- Fixar a taxa a aplicar aos prédios urbanos em 0,34%;
- Fixar uma redução de 30% na taxa de IMI, na área classificada como Património Mundial da Humanidade e para a respectiva zona especial de protecção;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Fixar uma majoração de 30% na taxa de IMI a todos os prédios urbanos degradados, cuja vistoria técnica confirme essa situação e em que, após notificação, não tenham sido realizadas obras pelos proprietários;
- Fixar uma majoração para o triplo na taxa do IMI a todos os prédios devolutos;
- Fixar uma redução de 25% na taxa de IMI, a todos os prédios classificados como de interesse público, de valor municipal ou património cultural.

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

### **Deliberação 16/11/2016**

A Assembleia Municipal, sob proposta da Coligação “Por Coimbra” datada de dezasseis do corrente mês, deliberou *por maioria*, com 33 votos a favor, 15 votos contra e 1 abstenção, aprovar o **IMI familiar**.

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

### **Deliberação nº 38/2016/2016**

A Assembleia Municipal, sob proposta da proposta da Câmara Municipal datada do passado dia catorze de Outubro, e nos termos da alínea d) do n.º1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, 12 de Setembro, e nos termos do artigo 18.º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, deliberou *por maioria*, com 46 votos a favor e 3 votos contra, aprovar a **Derrama do ano de 2016 a liquidar em 2017**.

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

### **Deliberação nº 39/2016/2016**

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia catorze de Outubro, e nos termos da na alínea c), do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o n.º 1, do artigo 26.º da Lei nº 73/2013, deliberou *por maioria*, com 27 votos a favor e 21 votos contra, aprovar a **Participação Variável no IRS para 2017**.

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

**Declaração de voto do deputado municipal Manuel Rebanda (CPC):** [\(áudio 50:29 a 50:40 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Informou que votaram contra porque a promessa relativamente à participação no IRS, era de 2,5%.

### **Deliberação nº 40/2016**

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal do passado dia catorze de Outubro, e nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, deliberou *por maioria*, com 40 votos a favor e 9 abstenções, aprovar a fixação da **Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)**.

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **6. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017 da Câmara Municipal de Coimbra:**

- **Delegação de Competências Municipais nas Uniões e Juntas de Freguesia**
- **Norma de Controlo Interno**
- **Regulamento Interno de Fundos de Maneio**
- **Mapa de Pessoal**
- **Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;**

### **7. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra e Mapa de Pessoal;**

### **8. Plano de Actividades e Instrumentos de Gestão Previsional de 2017 e tarifário para 2017 da “AC, Águas de Coimbra, EM” (conhecimento).**

#### **Intervenção do Presidente da Câmara:** (áudio 53:57 da 4ª gravação a 02:30 minutos – 5ª gravação)

- Iniciou com uma nota prévia sobre as questões discutidas anteriormente e plasmadas na proposta de orçamento apresentada e, informou que as aquisições têm uma integração cuja parte final não é conhecida por respeito à Assembleia da Republica, ou seja neste momento decorrem na Assembleia da Republica os debates na especialidade sobre a Lei do Orçamento de Estado que condicionam significativamente o documento apresentado;
- Quanto ao IMI e outras taxas, esclareceu que como está em revisão em simultâneo com a Lei do Orçamento de Estado, a descentralização, as transferências de novas competências para as autarquias locais, sendo este o ponto prévio enquadrador aos documentos previsionais aqui apresentados para 2017;
- No que refere ao Fundo de Apoio Municipal, informou estar a ser diligenciada a questão da contribuição forçada para o referido fundo, sendo que o entendimento desta Câmara Municipal e, também defendido na Assembleia da Republica, é de que não se justifica a capitalização forçada no ano de 2017, dado que a realidade do número de câmaras municipais em regime de dificuldade reduziu, portanto não se justificando;
- Mais informou que na elaboração do presente orçamento houve a preocupação em aumentar o investimento, isto é, poupar em despesas correntes e aumentar em despesas de capital, bem como o aumento do Fundo de Equilíbrio Financeiro para as juntas de freguesias em 2,9%, bem como, a transferência de 1% do IMI, que se encontra plasmado no referido orçamento;
- Informou que tanto o Orçamento e como as Grandes Opções do Plano têm componentes especiais, e deu como exemplo a fase de contratação dos financiamentos destinados ao Município de Coimbra no âmbito do PEDU, na ordem dos 18 milhões de euros, encontrando-se na fase final de outorga das aprovações e esta receita está previsional no documento apresentado porque só pode ser incorporada nas receitas depois de consolidada e aprovada a resolução da autoridade de Gestão pelo MAI – Centro, relativamente às receitas próprias do Município, disse que existem dois investimentos muito importantes, o desassoreamento do Rio Mondego e a intervenção dos muros da margem direita, que só poderão considerados no activo financeiro da Câmara Municipal depois aprovados pela Autoridade de gestão;
- Informou que também se manterão as transferências para os SMTUC, destinadas à sua função social, o aumento na área da educação, no que diz respeito ao apoio às crianças na idade escolar e pré-escolar e, concluir-se-á o projecto “*Reabilitar para Arrendar*”, financiamento negociado



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

com o Banco Europeu de Financiamentos e que terá a sua conclusão no decurso do próximo ano económico;

- Quanto ao acréscimo dos programas, a Reabilitação Urbana terá um aumento de 86% de dotação, o Ordenamento de Tráfego e Circulação terá um aumento 49%, o Apoio ao Associativismo Cultural, terá um aumento de 13,22%, os Projectos Complementares de Natureza Educativo terá um aumento 23%, a Protecção Civil terá um aumento de 173% e Fomento de Actividade Socioeconómica terá um aumento de 128%;
- Terminou informando que é a síntese daquilo que pode esclarecer na abertura do debate de apresentação dos documentos previsionais para 2107 no Município de Coimbra.

### **Intervenção da deputada municipal Catarina Martins (CpC):** [\(áudio 03:26 a 11:11 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Entendeu que a discussão sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara é o debate mais importante e a sua aprovação ou reprovação dos mesmos a decisão fulcral desta Assembleia, aquela que consubstancia a sua razão de ser enquanto órgão fiscalizador da Actividade do município;
- Disse estarem aqui para um trabalho sério mas infelizmente, vários são os sinais de que não é isso que se pretende, passando a citar;
- Em primeiro lugar a falta de seriedade do próprio documento que ano após ano, é sujeito à nossa apreciação e que desrespeita, na sua própria elaboração, deliberações aprovadas por larga maioria desta Assembleia Municipal, com a atribuição de verba à concretização de um processo de orçamento participativo, em relação ao qual Coimbra está na cauda dos municípios nacionais e caminha ao arpejo das opções do próprio governo socialista;
- Em segundo lugar, porque, mais uma vez as baixíssimas taxas de execução nos indica que o que temos perante nós é um exercício de ficção, que, no fundo, pouco importa enquanto tal, até porque esta Câmara é useira e vezeira em apresentar rectificações orçamentais, ao longo do ano, sem o escrutínio desta assembleia e deu como exemplos duas das necessidades mais prementes de Coimbra a reabilitação urbana e a promoção da actividade económica;
- Afirmou que Coimbra precisa de um outro orçamento, precisa de seriedade, rigor, transparência e, sobretudo, de estratégia política para se desenvolver economicamente. Apelou à Assembleia Municipal que exija ser levada a sério no exercício do seu poder fiscalizador;
- Terminou afirmando que será responsabilidade do CpC reprovar o orçamento.

### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):** [\(áudio 11:42 a 19:08 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Disse que o orçamento é transparente, credível, sério, o qual o PSD/CDS tentaram condicionar, uma vez que nos habituaram a ter aqui, nesta Assembleia Municipal, em ano de eleições, orçamentos ilusórios, e que em nada correspondiam á verdade;
- Mais disse, que o Partido Socialista afirma frontalmente, que um voto contra, que seja, contra um orçamento, não pode deixar de ser ouvido, como um hino à demagogia política, porque na



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

verdade, este orçamento traz uma poupança corrente de cerca de 16,600 milhões de euros e uma diminuição das despesas correntes de cerca de 6% em 2016;

- Afirmou que este orçamento consigna uma nova diminuição dos Impostos Municipais no total da Receita de 48,% em 2016, para cerca de 47% em 2017, uma diminuição dos Passivos Financeiros decorrentes de contracção de empréstimos no total da Receita de mais de 3% em 2016, para menos de 2% em 2017 e ainda, uma acentuada diminuição da Despesa Corrente no Total da Despesa de mais de 70% em 2016, para menos de 64% em 2017;
- Quanto aos indicadores de factores de crescimento, deu como exemplo o aumento da Despesa de Capital no Total da Despesa, o aumento nas dotações orçamentais definidas, face a 2016, para além do substancial acréscimo objectivo "Coesão Territorial e Desenvolvimento Socioeconómico" e do acréscimo do Plano Plurianual de Investimentos;
- Referiu ainda a importante continuação do elevado apoio aos SMTUC e às Freguesias, para além do investimento no "Desassoreamento do rio Mondego e da estabilização das margens, tudo isto, sem prejuízo da manutenção dos elevados apoios e actividades nas áreas social, educativa, cultural e desportiva;
- Realçou o cumprimento de todos os limites legais e regras impostas pelo Regime Financeiro e o aumento do limite à Dívida Total;
- Terminou afirmando que "Coimbra volta a ser um lição" e que o Partido Socialista votará favoravelmente o orçamento.

### **Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU):** (áudio 19:54 a 26:04 minutos – 5ª gravação)

- Disse que a CDU defende o reforço da autonomia do Poder Local como elemento essencial da melhoria das condições de vida do povo e do desenvolvimento do País, sendo essa a razão por que vêm denunciando medidas de diversos governos criadas para limitar a autonomia das autarquias, condicionar a sua acção de governação local através de cortes de financiamento, imposição legal e imposição normativa, a que se vem juntando uma ofensiva mediática destinada a desacreditar o poder local democrático;
- Afirmou que num quadro de participação política, de luta política, as opções das tomadas, não transparece um modelo coerente de desenvolvimento de Coimbra, porque falta a assunção de um modelo global e integrado de desenvolvimento, pensado para o futuro e, deu como exemplo, o reforço da dotação orçamental das freguesias e considerou igualmente positiva a transferência de 1% do IMI para as freguesias;
- Assinalou como boas as medidas de programas de reabilitação urbana, aproveitando os mecanismos e programas disponíveis, como o "Reabilitar para Arrendar", bem como para as candidaturas inseridas no PEDU ou, em outros programas;
- Considerou uma boa notícia o reforço de meios materiais e humanos que o orçamento consagra;
- Afirmou que apostar nos SMTUC, é seguir o caminho contrário ao da degradação e do abismo a que tinha sido votado, um tempo de parar os comboios do ramal da Lousã e de projectar o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

improjectável Metro Mondego, tornando assim os SMTUC única garantia de mobilidade dos cidadãos;

- Achou positiva a alteração a nível nacional do quadro legal, designadamente através das Leis do Orçamento Geral do Estado de 2016 e de 2017, que abrindo possibilidades de contratação de pessoal, rompe com um ciclo de redução e envelhecimento dos trabalhadores das autarquias orientado para a abertura a interesses privados;
- Terminou afirmando que a CDU sempre cumpriu o que acordou, recusam o que ofende o seu ideal de interesse público, porque a sua luta é pelo bem-estar do povo do Concelho de Coimbra.

### **Intervenção do deputado municipal José Cortesão (PS):** (áudio 26:40 a 29:56 minutos – 5ª gravação)

- Disse que falar hoje dos SMTUC é expressar o prazer pelo que tem sido a acção determinada e conjugada da actual Câmara Municipal e do seu Conselho de Administração, pelo entendimento quanto ao papel fundamental que este serviço representa e, conseqüentemente, o relevante investimento que tem sido feito na melhoria dos serviços que presta, a todos os níveis;
- Afirmou estarmos perante uma conjugação de ambição com realismo e uma forte vontade política de modernização dos nossos transportes colectivos na convicção de que eles são determinantes para a consolidação e melhoria da qualidade de vida no nosso Município;
- Terminou afirmando que são estas as razões que levam o Partido Socialista a votar favoravelmente estes documentos de gestão, é um voto convicção, de apoio e também de incentivo a um trabalho esforçado e difícil e a uma preocupação constante com a comodidade, segurança que vem melhorando a qualidade de vida que é reconhecida por todos os que vivem e trabalham em Coimbra.

### **Intervenção do deputado municipal Júlio Gaudêncio (CPC):** (áudio 30:20 a 37:25 minutos – 5ª gravação)

- Disse que este é o último orçamento que o Partido Socialista e o Presidente da Câmara Municipal Dr. Manuel Machado apresentam, porque o mandato terminará dentro de 10 meses e as suas promessas ficarão para a história do incumprimento;
- Questionou o orçamento por não responder a questões fundamentais para Coimbra, tais como, classificação da UNESCO, estratégias para atrair novas empresas, inovadoras e criadoras de postos de trabalho, investimentos mobilizadores para a criação de emprego, em Coimbra e na Região, o Iparque;
- Quanto às despesas orçamentadas disse verificar que as Correntes se ajustam, nos 60 milhões, quanto às despesas de capital crescem cerca de 8 milhões em relação a 2016;
- No que toca às Receitas, disse que a previsão orçamental é escandalosa, destacando a forte tributação sobre os cidadãos de Coimbra, quanto às Receitas correntes;
- Concluiu afirmando este orçamento não tem rasgo nem novas ideias mobilizadoras, porque assenta numa fiscalidade que faz sofrer os cidadãos e lhes cria mais dificuldades financeiras, não cativa investidores, nem cria emprego, portanto um orçamento que penaliza o desenvolvimento da cidade, não merece o voto da nossa bancada do CPC;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Quanto aos SMTUC, considerou ser um serviço fundamental para a mobilidade do concelho de Coimbra, mas o valor orçamentado, não será suficiente para pagar os salários dos trabalhadores, levando a Câmara Municipal a subsidiar a exploração, anualmente;

- Terminou afirmando que a oferta tem que ser maior que a procura.

### **Intervenção do Presidente U F de Trouxemil e Torre de Vilela:** (áudio 37:50 a 45:50 minutos – 5ª gravação)

- Dirigiu-se ao Presidente da Câmara questionando-o sobre uma reunião havida no início do mandato, com os presidentes das uniões e juntas de freguesias, sobre a atribuição de verbas, porque não entendia os critérios, ou seja o Presidente da Câmara Municipal continua, ao fim do mandato, sem perceber, porque não alterou em nada, o peso relativo das várias freguesias, isto é, haverá que reconhecer que a verba definida de transferências para as freguesias, aumenta e no fim do mandato, falamos de verbas executadas porque essa sim, é no seu entender, a má prática de transferir de ano para ano as verbas, que se transformou em regra;
- Relativamente à sua freguesia, questionou de novo o Presidente da Câmara Municipal, sobre as verbas que lhe foram atribuídas, porque a maior parte das ações são as mesmas e, quanto às verbas são precisamente as mesmas;
- Quanto às verbas atribuídas às juntas, destinadas à área social, ou seja, para apoios para as IPPSS, também nada existe;
- Terminou questionando o Presidente da Câmara Municipal sobre o Centro Desportivo Coimbra Norte, porque apenas tem no orçamento 10 euros, mas lembrou que existe um contrato-programa, aprovado pela Câmara Municipal, a 19 de Agosto de 2013, assinado pelas partes, tendo já expirado em 2016, existe um terreno, existem 10 pilares rodeados de matagal e, durante 3 anos, a Câmara Municipal despresou o trabalho desenvolvido por uma dezena de anos.

### **Intervenção do deputado municipal Nuno Silva (PS):** (áudio 46:17 a 48:16 minutos – 5ª gravação)

- Informou que o desempenho da Empresa Municipal "Águas de Coimbra" no presente mandato autárquico se revelou uma agradável surpresa para os Municípios, porque nestes 4 anos, o valor da factura, em vez de subir, diminuiu, tendo esta diminuição do tarifário englobado praticamente todos os clientes, pois, começou pela tarifa aplicada aos consumidores domésticos, passou pelas IPSS, chegando agora aos restantes organismos públicos;
- No entanto, tal não foi impeditivo da manutenção das preocupações sociais com a tarifa social e tarifa de famílias numerosas, da manutenção de um nível de investimento elevado das redes, da diminuição das transferências a título de rendas por perda de negócio;
- Terminou afirmando que para o Partido Socialista a água é um bem público, um direito humano e, como tal deve ser gerida para servir as pessoas.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):** (áudio 48:25 a 48:44 minutos – 5ª gravação)

- Solicitou ao Presidente da Câmara que o elucidasse sobre os montantes relativos à rubrica “*desasseroamento do Rio Mondego e da estabelação das margens*”, constantes no orçamento, se correspondem a 14 milhões e se já encontram ou não, contratados 12 milhões.

### **Intervenção do Presidente da Câmara:** (áudio 50:00 a 57:01 minutos – 5ª gravação)

- Iniciou a sua intervenção respondendo ao deputado Ferreira da Silva sobre o destino dos inertes e o desassoreamento do Rio Mondego afirmando que nos termos da lei em vigor a operação está sujeita a uma DIA – Declaração de Impacto Ambiental, onde é afixado, com exatidão, a localização da areia ou dos sedimentos que são removidos;
- Disse que as duas empreitadas se encontram prontas para a próxima reunião do executivo desassoreamento do Rio Mondego, cerca de 5 milhões euros e a intervenção dos muros da margem direita, 8 milhões de euros;
- Repudiou veemente todas as acusações que lhe foram dirigidas insinuando ou sugerindo falta de seriedade e apelou aos deputados municipais que o fizeram que tenham decência, espírito de cívico, espírito de cidadania e “*juízo*” proque a democracia também ganha com isso, afirmando que confia na qualidade técnica sobre a orientação política do executivo;
- Disse que a Câmara Municipal vai manter a escola em Trouxemil, mas terá que haver crianças para irem à escola, bem como o Centro Desportivo Coimbra Norte, terá de ser verificado se se justifica, porque infelizmente não tem utentes, portanto se se justificar far-se-á o referido Centro, por isso, não se encontra expurgado do Plano de Actividades;
- Assumiu não aumentar o tarifário da água e baixá-lo para algumas entidades públicas e algumas privadas, que prosseguem fins públicos nomeadamente Universidade de Coimbra e Escolas Superiores e Universitárias, para os hospitais e serviços afins, para uma série de entidades públicas e algumas privadas que prosseguem fins públicos;
- Finalmente disse, que a Câmara Municipal integra pela primeira vez “*Coimbra Mais Segura*” uma associação de desenvolvimento local que visa intervir no território ao nível das juntas de freguesias, cerca de 5 milhões de euros de Fundos Comunitários Europeus, destinados a pequenos investimentos, para criação de novos empregos.

### **Deliberação nº 41/2016**

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 28 de Outubro último e nos termos da alínea a), do nº 1, do artº 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro e da alínea b) do Artº 10º, do nº 2 do Artº 12º e do Artº 14º, todos da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro e respectivas alterações e, da Lei nº 67/2007 de 31 de Dezembro deliberou, *por maioria*, com 23 votos a favor, 18 votos contra e 8 abstenções, *aprovar* as **Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017 da Câmara Municipal de Coimbra, a celebração de Contratos de Delegação de Competências e Acordos de Execução, entre a Câmara Municipal e as Uniões e Juntas de Freguesia, o de Mapa de Pessoal e a Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA).**

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Deliberação n.º 42/2016**

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 28 de Outubro último e nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e da alínea b) do Art.º 10.º, do n.º 2 do Art.º 12.º e do Art.º 14.º, todos da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro e respectivas alterações e, da Lei n.º 67/2007 de 31 de Dezembro deliberou, *por maioria*, com 34 votos a favor e 15 abstenções, aprovar as **Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra e Mapa de Pessoal** e tomado *conhecimento* do **Plano de Actividades e Instrumentos de Gestão Previsional de 2017 e tarifário para 2017 da “AC, Águas de Coimbra, EM”**

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

**9. Autorização prévia de despesas plurianuais para aquisição e instalação de equipamentos e desenvolvimentos de software para o Sistema de apoio à exploração e informação ao público, dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra - SAEIP;**

### **Deliberação n.º 43/2016**

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 24 de Outubro último e nos termos do n.º 1, do art.º 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro deliberou, *por unanimidade*, aprovar a **Autorização prévia de despesas plurianuais para e instalação de equipamentos e desenvolvimentos de software para o Sistema de apoio à exploração e informação ao público, dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra - SAEIP.**

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

**10. Projecto de Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios na Área Social;**

### **Deliberação n.º 44/2016**

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 24 de Outubro último e nos termos da alínea g), do n.º 1, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro deliberou, *por maioria*, com 47 votos a favor e 1 abstenção, aprovar o **Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios na Área Social.**

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

**12. Projecto da acta n.º 1/2016 de 1/03/2016.**

### **Deliberação 16/11/2016**

A Assembleia Municipal deliberou, *por maioria*, com 47 votos a favor e 1 abstenção, aprovar o **Projecto de acta n.º 1 de 1 de Março de 2016.**

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

E sendo vinte horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, da qual se lavrou o presente projecto de acta que será previamente distribuído a todos os membros da Assembleia Municipal, para posterior aprovação.